



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

RELATÓRIO Nº 006.2015.CPL.939599.2014.49443

**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO
REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº
4.004/2015-CPL/MP/PGJ.**

**PROCEDIMENTO INTERNO Nº
888393/2014**

Excelentíssimo Senhor Subprocurador-Geral de Justiça,

O Pregoeiro, Senhor MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS, designado pela Portaria n.º 0123/2015/SUBADM, de 26 de janeiro de 2015, às fls. 129, vem apresentar e submeter à apreciação de Vossa Excelência o relatório circunstanciado do Pregão Eletrônico n.º 4.004/2015-CPL/MP/PGJ, tipo menor preço global, concernente ao Procedimento Interno n.º 888393/2014, que tem por objeto a **contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de intermediação de estágio junto à PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA/ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, conforme especificações e condições especificadas no edital e anexos.

1. DA EVOLUÇÃO DOS AUTOS

FASES DO PROCESSO	DATA	SETOR RESPONSÁVEL
Pedido Inicial de Aquisição.	03.11.2014	Divisão de Recursos Humanos – DRH
Emissão e aprovação do Termo de referência	03.11.2014	Diretoria Geral e Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.
Encaminhamento à DOF para informação orçamentária.	03.11.2014	Diretoria Geral
Informação Orçamentária.	11.12.2014	Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF
Autorização para início do procedimento licitatório e encaminhamento ao Setor de Compras para pesquisa de preços.	17.11.2014	Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.
Emissão do Mapa Demonstrativo de Preços.	16.12.2014	Setor de Compras e Serviços – SCS



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

FASES DO PROCESSO	DATA	SETOR RESPONSÁVEL
Remessa à DOF para emissão de NAD	16.12.2014	Setor de Compras e Serviços – SCS
Emissão e Aprovação da NAD.	29.12.2014	Diretoria de Orçamentos e Finanças – DOF (aprovada pelo Ordenador)
Encaminhamento à DDCON para elaboração da Minuta de Contrato	07.01.2015	Diretoria de Orçamentos e Finanças – DOF (aprovada pelo Ordenador)
Emissão da Minuta de Contrato e encaminhamento dos autos à CPL	12.01.2015	Divisão de Contratos e Convênios - DCCON
Chegada dos autos à CPL.	13.01.2015	Comissão Permanente de Licitação – CPL
Confecção da Minuta de Edital e encaminhamento à Assessoria Jurídica.	16.01.2015	Comissão Permanente de Licitação
Emissão de Parecer	19.01.2015	Assessoria Jurídica
Aprovação da minuta de edital	19.01.2015	Subprocuradoria Geral de Justiça ADM
Retorno dos autos à CPL	20.01.2015	Comissão Permanente de Licitação – CPL
Emissão do Edital com designação da data do certame e envio para publicação	23.01.2015	Comissão Permanente de Licitação
Publicação em Jornal de Grande Circulação	22.01.2015	Assessoria de Imprensa
Publicação no DOE	23.01.2015	Secretaria-Geral
Sessão de Abertura do Certame	06.02.2015	Comissão Permanente de Licitação
Julgamento das propostas.	06.02.2015	Comissão Permanente de Licitação
Julgamento das documentações de habilitação com apresentação e julgamento de amostras: reprovação.	De 09.02.2015 a 11.02.2015	Comissão Permanente de Licitação
Adjudicação do objeto às licitantes vencedoras.	11.02.2015	Comissão Permanente de Licitação
Envio para homologação	12.02.2015	Comissão Permanente de Licitação

2. DA PUBLICIDADE

Os Avisos da Licitação foram publicados no *Comprasnet*, no Diário Oficial do Estado (DOE), edição de 23/01/2015, no matutino local “Jornal do Comercio”, edição de 22/01/2014 e no sítio institucional do MP/AM, www.mpam.mp.br. **Adquiriram o edital, no mínimo, 10 empresas**, conforme relação às fls. 131/132 dos autos.



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

3. DA SESSÃO PÚBLICA

3.1. Do Credenciamento – As licitantes credenciaram-se na Secretaria de Logística e Tecnologia de Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através das regras do sistema *Comprasnet*, site www.comprasnet.gov.br.

3.2. Da Proposta – As propostas foram enviadas pelos licitantes através da internet desde 04/02/2015 até a data e hora marcada para a abertura da sessão, dia 06/02/2015, às 11h. (horário de Brasília).

Aberta a sessão, as propostas foram preliminarmente analisadas conforme especificado no Item 5, mais especificamente subitem 5.12 e item 8 do Edital, compatibilizando-as com as especificações contidas no Termo de Referência n.º 001.2013.DRH e Nota de Autorização de Despesas n.º 266/2014, fls. 24 dos autos, verificando-se que todos os preços inicialmente ofertados pelos participantes encontravam-se acima do estimado pela Administração, conforme se vê da Ata de Realização do Pregão, às fls. 193/195 do caderno processual.

O Pregoeiro alertou os participantes para que observassem com cautela e prestatividade todas as disposições concernentes às informações, convocações emitidas e aos prazos previstos para implementação das providências por ele requeridas para a adequada condução do cotejo.

Feitas as solicitações e informações de praxe, seguiu-se para a próxima etapa.

3.3. Da Fase de Lances – Aberta a disputa, os interessados tiveram a oportunidade de propor, em lances, condições mais favoráveis que as primeiras, o que ocorreu de fato, porém, mesmo com todos os incentivos e informações aos licitantes quanto aos valores apresentados, encerrou-se esta fase, ainda, com o valor do melhor lance acima do valor cotado pela Administração, ensejando, portanto, negociação direta entre as partes.

3.4. Da Negociação – Encerrada a fase de disputa, o Pregoeiro, com fundamento no subitem 7.7 do Edital, tratou imediatamente de negociar com o licitante melhor classificado com o intuito de encontrar um valor justo e aceitável às partes. A licitante, disposta à negociação, reduziu sua proposta conforme quadro abaixo:



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

Item	Descrição	Valor Inicial	Valor Total Inicial	Valor Final	Valor Total Final
1	Taxa Administração/ Estagiário/mês	R\$ 25,50	R\$ 5.916,00	R\$ 13,50	R\$ 3.132,00

3.5. Da Aceitação – Logo em seguida, o Pregoeiro convocou para apresentação da proposta, já ajustada ao valor negociado, a licitante mais bem colocada na ordem de classificação dos lances.

Na sequência, a proposta foi enviada pelo interessado e compatibilizada pelo Pregoeiro que, verificando o cumprimento de todas as exigências editalícias, decidiu ACEITÁ-LA.

3.6. Da Habilitação – Ato contínuo, este subscrevente requereu o envio instantâneo da documentação de habilitação da licitante cuja proposta foi aceita, via anexação ao sistema *Comprasnet*, devendo, contudo, aguardar a comunicação do Pregoeiro para que assim fizesse.

Recebidos os documentos, procedeu-se à fase de julgamento das condições de habilitação, utilizando-se, inclusive, das informações do Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF do *Comprasnet*.

Nessa etapa, verificou-se a autenticidade da certidão negativa de débitos trabalhistas, junto ao TSE, bem como da de ausência de distribuição de feitos de falência ou recuperação judicial, na Justiça Estadual.

Passo seguinte, verificou-se as condições das licitantes quanto à ausência de sanções pela Administração Pública, no SICAF do *Comprasnet*, bem como na Relação de Empresas com Sanção Administrativa em Vigor, do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS – TCE**, na Relação de Licitantes Inidôneos do **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU**, na Lista de Empresas Suspensas/Impedidas da **COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS – CGL**, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da **CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU**, no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA) do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ** e na Relação de pessoas jurídicas impedidas de contratar com a Administração Pública da **SEFAZ-AM**, não sendo constatados registros que indicassem restrições à contratação.

Assim, a situação regular das partícipes, com relação a todas as exigências do instrumento convocatório, foi confirmada, procedendo-se à **HABILITAÇÃO** da vencedora.

3.7. Do Recurso – Logo após, concedeu-se o prazo de 20 (vinte) minutos para registro de intenção de recurso por parte dos demais licitantes, no entanto, não houve qualquer manifestação nesse sentido.



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

4. DA ADJUDICAÇÃO

Inexistindo manifestação de interposição recursal da parte dos interessados, foi encerrada a sessão pública do cotejo e, de acordo com o Ato PGJ nº 389 de 2007 em seu artigo 8º, inciso X, o Pregoeiro decidiu **ADJUDICAR** o objeto do Pregão Eletrônico nº 4.004/2014-CPL/MP/PGJ à licitantes que, concomitantemente, obteve o menor preço e atendeu integralmente às exigências do Edital, conforme se vê do Termo de Adjudicação, apenso aos autos às fls. 197. Segue o detalhamento do resultado:

INSTITUTO EUVALDO LODI – IEL, CNPJ N.º 04.409.637/0001-97					
1	Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviço de intermediação de estágio junto à Procuradoria-Geral de Justiça, Ministério Público do Estado do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses.	Valor Unitário	Número de Estagiários	Valor Total Mensal	Valor Total anual
1.1	Taxa de Administração dos estagiários de nível médio e de nível superior	R\$ 13,50	232	R\$ 3.132,00	R\$ 37.584,00
1.2	Auxílio-transporte	R\$ 50,00	232	R\$ 11.600,00	R\$ 139.200,00
1.3	Bolsa-auxílio de nível superior	R\$ 800,00	155	R\$ 124.000,00	R\$ 1.488.000,00
1.4	Bolsa-auxílio de nível médio	R\$ 600,00	77	R\$ 46.200,00	R\$ 554.400,00
				R\$ 184.932,00	R\$ 2.219. 184,00
Valor global da proposta: R\$ 2.219.184,00 <i>(dois milhões, duzentos e dezenove mil, cento e oitenta e quatro reais)</i>					

5. DA ECONOMICIDADE

Destaque-se que o valor estimado para a aquisição do objeto da licitação foi de **R\$ 2.222.329,92** (dois milhões, duzentos e vinte dois mil, trezentos e vinte nove reais e noventa e dois centavos), sendo que o valor total da adjudicação decorrente do êxito da licitação em comento foi de **R\$ 2.219.184,00** (dois milhões, duzentos e dezenove mil, cento e oitenta e quatro reais). Logo, a realização deste Pregão significou uma **economia de R\$ 3.145,92** (três mil, cento e quarenta e cinco reais e noventa e dois centavos), ou seja, uma **redução de aproximadamente 0,14% do valor estimado pela Administração.**



Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça
Comissão Permanente de Licitação

Por outro lado, se o resultado for visto sob a ótica do valor da taxa de administração, a única parcela em que os descontos poderiam incidir, **a economia remonta ao percentual aproximado de 7,72%**, já que a referida taxa foi orçada em **R\$ 14,63** (*catorze reais e sessenta e três centavos*), e a proposta vencedora ofertou-a em **R\$ 13,50** (*treze reais e cinquenta centavos*).

É o Relatório.

Manaus, 12 de fevereiro de 2015

Maurício Araújo Medeiros
Pregoeiro – Portaria nº 0123/2015/SUBADM